

Mulheres ainda buscam espaço na política

Apesar de ter uma mulher na Presidência, o Brasil ainda exibe um dos piores índices mundiais de presença feminina no Parlamento

Ricardo Westin

NO BRASIL, A presença feminina no poder público é minúscula. Em qualquer instituição que se escolha, as mulheres são franca minoria — das prefeituras aos tribunais, das assembleias estaduais ao Congresso.

Nas eleições do ano passado, 13,3% dos vereadores eleitos foram do sexo feminino. Em Florianópolis e Palmas, nenhuma mulher se elegeu.

Os números não espelham a sociedade. As mulheres são 51% da população brasileira e 52% do eleitorado.

Na comparação internacional, a desvantagem feminina fica mais clara. A União Interparlamentar (IPU), entidade com sede na Suíça, criou um ranking baseado na composição dos parlamentos. De 190 países, o Brasil ocupa a 158ª posição (8,6% de mulheres).

Na política, as mulheres do Iraque (25,2%), do Afeganistão (27,7%) e de Moçambique (39,2%) estão em melhor situação do que as brasileiras.

Os números do Brasil chamam muito a atenção porque não condizem com o peso do país no cenário mundial — afirma Zeina Hilal, responsável pelo departamento da IPU que trata da inclusão feminina nos parlamentos.

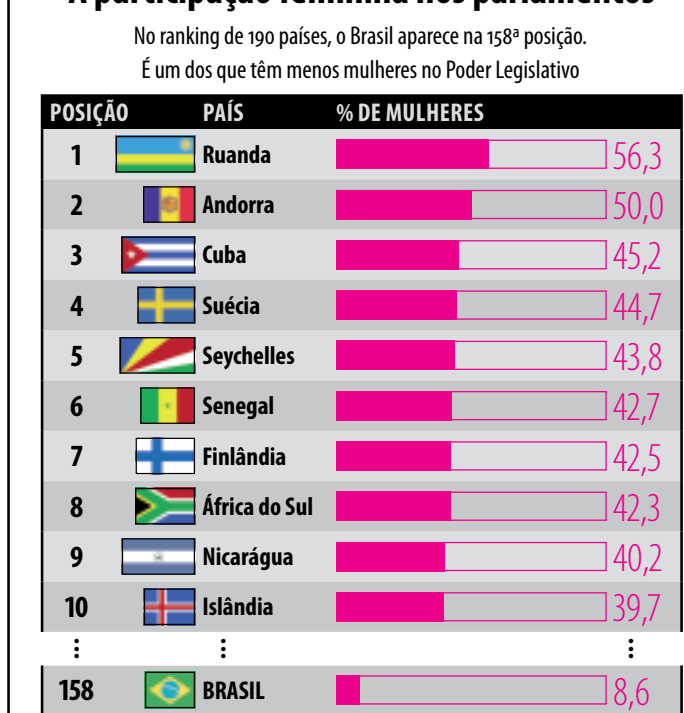
Cotas

Nesta sexta-feira, comemora-se o Dia Internacional da Mulher. É o momento do ano em que se discutem com mais intensidade os abismos que separam homens e mulheres. Na data, o governo tradicionalmente lança programas e o Congresso aprova projetos de lei que beneficiam a população feminina.

Apesar de os números ainda serem pouco expressivos, a presença das brasileiras no poder público é recorde. O problema é que os avanços se dão a passos muito lentos. Faz mais de 80 anos que a primeira mulher se elegeu para um cargo público — a escolha de Alzira Soriano como prefeita de Lajes (RN), em 1928, foi notícia até no *New York Times*.

A medida mais contundente foi tomada em 1995, quando entrou em vigor uma lei que previa cotas para as candidatas nas eleições proporcionais

A participação feminina nos parlamentos



* Como nem todos os parlamentos se dividem em duas câmaras (alta e baixa), o ranking considera, conforme o país, ou a câmara única ou apenas a câmara baixa. No Brasil, a câmara baixa é a Câmara dos Deputados.

Fonte: União Interparlamentar (IPU)

(para vereador, deputado estadual e deputado federal). Partidos e coligações foram obrigados a reservar para as mulheres 20% das candidaturas disponíveis.

Na realidade, o Brasil acompanhou um movimento mundial. Pouco antes, naquele mesmo ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizava a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher. No documento final, os países se comprometiam a executar políticas que favorecessem a igualdade entre homens e mulheres. As cotas nas eleições ganharam o mundo.

Houve avanços espetaculares. No México, a participação das mulheres no Parlamento saltou de 14,2% para 36,8% em apenas 15 anos. Na França, de 6,4% para 26,9%.

No Brasil, os resultados não foram os esperados. Em 1997,

a reserva para as candidaturas femininas subiu de 20% para 30%. Não ajudou. Como a lei obrigava os partidos a “reservar” as vagas, eles entenderam que não estavam obrigados a efetivamente preenchê-las.

Em vez de ter sete homens e três mulheres concorrendo à câmara municipal, por exemplo, as siglas lançavam sete candidatos e apenas uma candidata. Argumentavam que as duas vagas restantes estavam reservadas, em estrito cumprimento da lei, mas não havia mulheres interessadas.

Argentina

Para acabar com esse tipo de manobra, a lei foi modificada em 2009, com a substituição de “reservar” por “preencher”. A cota foi finalmente posta em prática. Nas eleições municipais do ano passado, houve cidades onde o juiz eleitoral

rejeitou todas as candidaturas dos partidos que descumpriam a reserva. As siglas precisaram correr para recrutar mais candidatas. Assim, dos postulantes a vereador em 2012, 32,6% foram mulheres. Nas eleições de 2008, o índice havia sido de 19,8%.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) cre que o atual modelo de cota, apesar dos avanços, é insuficiente. Para ela, o sistema mais adequado é o da Argentina.

Nas eleições proporcionais, os argentinos votam em partidos, não em candidatos individuais. Cada partido tem uma lista fechada de postulantes. Se a votação der a uma legenda dez assentos no Legislativo, por exemplo, os dez primeiros nomes da lista serão os eleitos. No país vizinho, as listas precisam ter ao menos uma mulher depois de dois homens. Hoje, elas ocupam ao redor de 38% das vagas do Parlamento.

Enquanto o mundo avança, o Brasil fica para trás. Não podemos mais aceitar o machismo, por vezes inconsciente, que produz nossos índices vergonhosos de participação feminina no poder. Devemos insistir na reforma política — diz Vanessa.

Para José Eustáquio Diniz Alves, demógrafo e professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ligada ao IBGE), o grande entrave está nos partidos. O Brasil tem 30 siglas políticas. Em todas, o presidente nacional é homem. A estrutura interna também é majoritariamente masculina.

É por isso que, de acordo com Alves, as candidatas ganham menos tempo na TV e menos verba para a campanha

eleitoral. Ele diz que não é raro que os partidos recrutem candidatas “laranjas”. São mulheres que nem sequer chegam a pedir votos. Alistam-se tão somente para o partido alcançar sua cota.

Marina

Há 20 anos, eu imaginava que tínhamos poucas políticas porque os eleitores discriminavam as mulheres. Com o tempo, vi que não era isso. O obstáculo está nos partidos. Veja o caso



Mulheres no poder: presidente Dilma (2ª à esq.) e ministras Luiza Bairois, Gleisi Hoffmann e Marta Suplicy

Comissão do Senado recebe hoje 3 ministras

O Senado receberá hoje três ministras de Estado. Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos, e Luiza Bairois, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, participaram de uma audiência pública sobre as ações do governo federal em defesa dos direitos humanos — especialmente os direitos das mulheres.

Nesta sexta-feira, comemora-se o Dia

do Congresso Nacional. A audiência pública de hoje inaugura os trabalhos de 2013 da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de acordo com informações da Agência Senado.

Bertha Lutz

Amanhã, cinco mulheres com atuação em áreas como assistência social, direitos femininos, saúde e educação receberão do Senado o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. A comenda será entregue em sessão solene

do mundo ideal, os postos de poder seriam divididos entre homens e mulheres na proporção 50%-50%. Não se trata apenas de refletir a composição da sociedade. Quando existem mulheres

tido as políticas públicas, a população como um todo sai ganhando.

As mulheres tendem a ser mais preocupadas com questões sociais, de saúde, de educação. A presença delas eleva a qualidade da política. Quando homens e mulheres lideram juntos, tomam decisões que atendem melhor a diversidade e as necessidades da sociedade — explica Iruñe Aguirrezabal, uma das diretoras da ONU Mulheres.

“Fui recebida com flores”, diz senadora pioneira

O Senado recebeu sua primeira parlamentar em 1979. A pioneira foi Eunice Michiles, que pertencia à Arena do Amazonas. Ela era a suplente de um senador que morreu poucas semanas depois de tomar posse.

Quando cheguei, nem sequer havia toalete feminino nas proximidades do Plenário. Precisaram providenciá-lo às pressas. Foi uma correria.

Eunice foi senadora até 1987. Depois, elegeu-se deputada federal. Antes dos cargos no Congresso Nacional, havia sido deputada estadual no Amazonas. Hoje, aos 83 anos, ela vive em Brasília.

Leia, a seguir, trechos da entrevista concedida ao **Jornal do Senado**:



Eunice Michiles discursando em cerimônia no Senado: ela foi a primeira mulher a ter mandato na Casa, de 1979 a 1987

Como os senadores reagem à chegada da primeira mulher ao Senado?

Fui recebida com palmas, flores, poesia. Disseram que eu chegava para enfeitar o Senado. No começo, foi tudo muito agradável. Só depois me dei conta de que aquilo era uma forma bem sutil de discriminação. Que senador receberia um colega homem com tamanhos agrados? Percebi que eles não estavam me tratando como uma senadora da República, de igual para igual. Na realidade, estavam me vendo como uma mulher. Estavam sendo machistas.

A senhora se empenhou nas causas femininas?

Tive três bandeiras bem explícitas. A primeira foi a defesa

de meu estado, o Amazonas. A segunda foi a liberdade religiosa. E a terceira foi o planejamento familiar. Essa foi a minha causa feminina.

Naquela época, era uma questão crucial para o Brasil. Eu vivi muito tempo no interior do Amazonas e vi mulheres que tinham 12, 15 filhos, um atrás do outro, mas sem saúde nem recursos financeiros para ter tantas crianças. Elas não sabiam como controlar o número de filhos. No Senado, eu lutei para que as mulheres tivessem apenas os filhos que pudessem e que quisessem ter. Para mim, o poder público tinha a obrigação de pôr à disposição das famílias as instruções e os recursos necessários. Isso, naquele tempo, era muito mal visto, era tabu. Diziam que eu estava

rasgando nota de cem, porque era o tipo de bandeira que me tirava votos. Mas eu não dava ouvidos. Era a missão que eu tinha. Hoje em dia, felizmente, planejamento familiar já virou assunto ultrapassado. Quando entrei no Senado, ao contrário de hoje, não havia mulheres ocupando ministérios de Estado. Por isso, eu e um grupo de mulheres fomos ao presidente Figueiredo e “exigimos” uma ação. Outros países já tinham ministras. Poucos dias depois [em 1982], ele nomeou para o Ministério da Educação a professora Esther de Figueiredo Ferraz. Foi a primeira ministra brasileira. Tenho orgulho de ter participado desse trabalho de bastidores.

As senadoras hoje dizem que ficam em desvantagem

PEC prevê mulher nas Mesas do Congresso

Entre os projetos em tramitação no Congresso Nacional que ampliam a participação das mulheres na política, está uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que determina que as Mesas e as comissões do Senado e da Câmara tenham mulheres em quantidade proporcional à bancada feminina da respectiva Casa, assegurada a presença de pelo menos uma parlamentar.

A proposta em questão é a PEC 590/06, da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), que tramita na Câmara dos Deputados. Trata-se de um dos projetos prioritários tanto das deputadas quanto das senadoras. Na Mesa da Câmara, não há nenhuma mulher. Na Mesa do Senado, uma — Ângela Portela (PT-RR), que ocupa o cargo de segunda-secretária. Hoje, a escolha dos integrantes das Mesas leva em conta somente a

proporcionalidade partidária, sem determinar sexo.

A atual lei eleitoral não prevê diretamente que os partidos precisem reservar 30% das vagas das eleições proporcionais para as mulheres. Determina que cada sexo precisa ter entre 30% e 70% das vagas. Assim, afastou-se a possibilidade de a lei ferir o princípio da isonomia (igualdade de todos perante a lei). Na prática, porém, são cotas para as mulheres.

Saiba mais

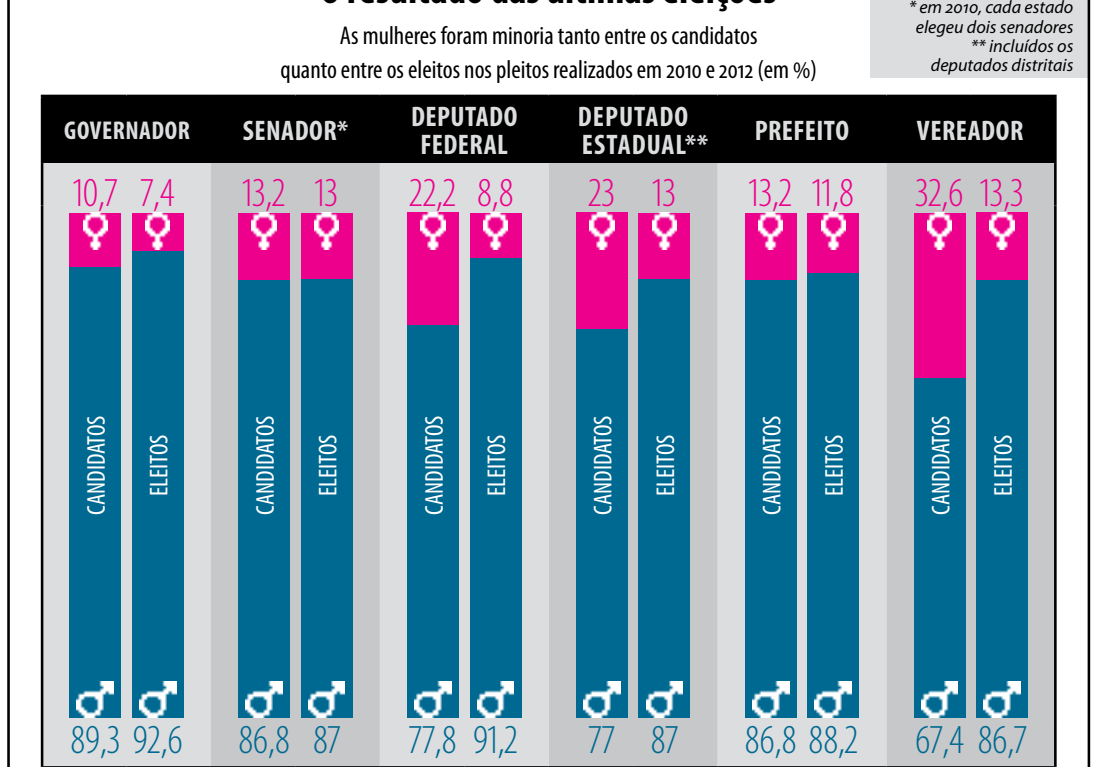
Pronunciamento de Dilma no rádio e na TV no último Dia Internacional da Mulher <http://bit.ly/DilmaDIM>

Ranking compara 190 países no quesito presença feminina no parlamento <http://bit.ly/rankingWINP>

Site da ONU Mulheres www.unwomen.org

Veja as edições anteriores do *Especial Cidadania* em www.senado.leg.br/jornal

O resultado das últimas eleições



* em 2010, cada estado elegeu dois senadores
** incluídos os deputados distritais

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)



A bancada feminina do Senado é composta por Lídice da Mata, Maria do Carmo Alves, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Kátia Abreu, Ana Rita, Ângela Portela e Vanessa Grazziotin, mostradas nas fotos acima. Estão licenciadas do Senado as ministras Gleisi Hoffmann e Marta Suplicy